

Revista



FEBASE

Ano IV
N.º 39
1,50 €
Janeiro de 2014

Federação do Sector Financeiro



Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira e Mário Mourão

Diretor: Delmiro Carreira



Trabalhadores serão consultados ainda este mês

Acordo com BCP salva 400 empregos



Estratégia para 2014

4

**Febase privilegia diálogo
mas não afasta luta**



Professor de Economia Política
**Mark Blyth explica em Lisboa
por que a austeridade é perigosa**

11

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Aníbal Ribeiro – SBC
Carlos Marques – STAS
Horácio Oliveira – SBSI
Mário Mourão – SBN

Conselho editorial:
Firmínio Marques – SBN
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Elsa Andrade

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 062/090
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Ére, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 64.830 exemplares
(sendo 5.330 enviados por
correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

SINDICAL | Conselho Geral
Conselho Geral debate estratégia para este ano 4
Rescisões dominam sessão 5

CONTRATAÇÃO | Banca
Sindicatos e BCP chegam a acordo 6
Reestruturação interna 6
O que diz o Memorando 7

QUESTÕES | Jurídicas
Regime de reforma do ex-BNU 8

CONTRATAÇÃO | Seguros
Mediadores de seguros: revisão do CCT já começou 9

DOSSIÊ | Austeridade
Mais um ano de sacrifícios 10
A austeridade pode matar 11
Um mundo de injustiças 11
Criar uma almofada fiscal 12
Austeridade: uma definição 13

FORMAÇÃO | Atualidade
Universidade Sénior: Oficinas de Lazer começam este mês 14

TEMPOS LIVRES | Nacional
Vai uma caminhada? 15
Golfe: Ponte de Lima consagra José Mendes e Vítor Madureira 18



19
| Bancários Sul
e Ilhas



22
| Bancários Norte



26
| Bancários Centro



29
| STAS Actividade
Seguradora



TEXTO: CARLOS MARQUES

Não começa bem 2014,
com a insistência na mesma receita
que o passado já mostrou não servir

2014

No início de cada ano, mandam as regras da civilidade e da amizade desejar um Bom Ano a todos, familiares, amigos, colegas ou simples conhecidos. Como não sou muito de quebrar regras, aproveito a oportunidade para o fazer, em particular aos trabalhadores bancários e de seguros, bem como a todos os seus familiares. Mas já agora, se não se importam, desejo igualmente um Bom Ano a mim próprio, associando neste ato todos os dirigentes sindicais da FEBASE.

É de facto de um Bom Ano que todos precisamos, de forma a afastarmos tudo aquilo que de mau 2013 representou, nos ataques iníquos a trabalhadores e pensionistas através de uma política cega de fazer sempre os mesmos pagar pelos dislates de uma classe política que, incapaz de se reformar ou simplesmente convergir na defesa de políticas que permitam alicerçar a estabilização e crescimento do País, nos arrasta inexoravelmente para becos sem saída ou para um túnel do qual não se vislumbra o fim.

Mas não começa bem 2014, com a insistência na mesma receita que o passado já mostrou não servir, mas que à "boleia" de indicadores "milagrosos" para gáudio dos economistas que de há uns tempos a esta parte enxameiam as televisões com os seus comentários e sugestões, acabam por justificar a manutenção da receita de mais e mais austeridade sobre as famílias.

Até quando durarão estes "milagrosos" indicadores e o que acontecerá quando os mesmos voltarem a mostrar que as grandes transformações estruturais que o País precisa continuam todas por fazer e por isso o efémero efeito cairá por terra, é uma pergunta que bom seria nos ajudassem a responder.

Já em anterior editorial defendi a necessidade de se obterem verdadeiros consensos partidários mas igualmente da sociedade dita civil, sobre os grandes desígnios de um Portugal que se pretende moderno e acolhedor para todos os seus cidadãos, evitando que a corrente da migração tenha o tamanho que hoje tem e criando condições para que os portugueses acreditem no seu País, ultrapassando o ciclo negativo de nascimentos em que estamos envolvidos e que fará, se nada acontecer em contrário, que Portugal se exaure antes do fim do século XXI.

Não sei se 2014 vai ser um ano de revoltas sociais como alguns sociólogos profetizam; não sei se a resiliência da sociedade portuguesa, em particular dos trabalhadores e reformados, permitirá que tudo aquilo que até agora tem sido acumulado se esvaia de uma forma normal e por isso equilibrada. Mas sei, porque sinto isso nos contactos diários, que se aproxima um momento muito perigoso em que a tampa da panela a ferver não espera pela mão salvadora que a retira. E se assim for, outros ventos soprarão.

A ver vamos. ■

Conselho Geral debate estratégia para este ano

Diálogo sim, **mas luta também**

Os conselheiros aprovaram o Plano de Atividades e o Orçamento para 2014 por uma esmagadora maioria.

Reconhecendo que terá pela frente um ano difícil, a Febase está pronta a intensificar a luta por melhores condições para os trabalhadores da banca e dos seguros

Texto: **PEDRO GABRIEL**



Como é hábito no final de cada ano, o Conselho Geral da Febase reuniu-se para votar o Plano de Atividades e o Orçamento para 2014, tendo elegido a cidade de Coimbra para a sessão, que se realizou a 17 de dezembro. Uma esmagadora maioria votou favoravelmente os documentos, sendo que apenas três conselheiros votaram contra a proposta do Secretariado.

O futuro da negociação coletiva nos setores bancário e segurador também foi abordado neste Conselho Geral. O ano de 2014 marcará de forma indelével a atividade sindical em geral e a do setor financeiro em particular.

O Orçamento do Estado continuará a penalizar fortemente os trabalhadores, com consequências nefastas ao nível da empregabilidade e do rendimento das

famílias. Estas situações são transversais a todos os ramos de atividade e o setor bancário não será exceção. Posto isto, a Febase aumentará a intensa atividade que tem vindo a desenvolver, nomeadamente ao nível da negociação coletiva, cotando-se esta como a sua principal preocupação.

Os Sindicatos da Febase continuarão a privilegiar o diálogo, mas não deixarão de lutar até ao limite para que não recaiam sacrifícios ainda mais violentos sobre os trabalhadores dos seguros e da banca, obrigados a pagar uma responsabilidade a que são completamente alheios.

Banca: aumentos salariais

O responsável pela negociação coletiva do setor bancário começou por expli-

car que a possibilidade de aumentos salariais no setor bancário não está posta de parte. "É um aspeto que tem de ser levado em conta no processo de negociações que continua a decorrer. Tem sido abordado e não está, de maneira nenhuma, encerrado. Pelo contrário, está permanentemente em cima da mesa".

Paulo Alexandre reforçou que os aumentos salariais "foram uma tradição histórica neste setor que se perdeu nos últimos anos".

Em relação às negociações sobre a revisão global do ACT do setor bancário, Paulo Alexandre referiu que a Febase encontra-se a analisar um conjunto de matérias determinantes como promoções, diuturnidades e prémios de antiguidade, entre outras.

Seguros: melhorias no CCT

Já Carlos Marques apresentou as perspetivas relativas à negociação coletiva do setor segurador. "Estão a decorrer contactos com a Associação Portuguesa de Seguradores com vista à obtenção de algumas melhorias para 2014. Estamos cientes que serão possíveis algumas alterações".

Além desta matéria, o presidente do STAS deu conta de reuniões com as duas entidades que representam os mediadores de seguros, uma área que, segundo Carlos Marques, "tem estado em grande crescimento no setor da atividade financeira".

"Admito que em 2014 possa haver algumas alterações também nestas áreas de atividade", concluiu. ■

Redução de custos

A responsável pelo pelouro administrativo da Febase, Helena Carvalheiro, apresentou a proposta de Orçamento para 2014, aprovada favoravelmente pelos conselheiros, com apenas três votos contra.

O documento fica marcado por uma redução de custos de 37.900 € em relação ao ano transato, passando de 519.610 € para 481.710 €. O total dos gastos será suportado, em igual valor, pelas receitas.

A comunicação continua a ser aposta da Federação, representando 307.650 € dos 481.710 € totais e sofrendo uma redução na ordem dos 32.250 €. Em 2014, a "Revista Febase" manterá a edição de dez números, com as mesmas páginas. A redução de custos de comunicação, impressão e embalagem resultam do efeito conjugado do menor número de revistas e do aumento do envio por e-mail.

Está prevista uma diminuição de 5.650 € no valor da quotização, fixando-se agora nos 174.060 €. As proporções para cada sindicato mantêm-se para o próximo ano: SBSI, 60%; SBN, 25%; SBC, 7,5%; STAS, 5,5%; SISEP, 2%.



O Secretariado
apresentou o Plano
de Atividades para 2014

Rescisões dominam sessão

As preocupações dos conselheiros estiveram centradas na situação laboral no BCP e na Parvalorem

Um dos pontos constantes na ordem de trabalhos do Conselho Geral dizia respeito ao processo negocial com o Millennium bcp. Mas, uma vez que à data da realização do Conselho Geral as negociações ainda decorriam e não havia desenvolvimentos, o Secretariado, através de Mário

Mourão, propôs a retirada deste ponto da discussão, o que foi aceite.

No entanto, o responsável pela negociação coletiva da Febase esclareceu como até então decorreu o processo, afirmando haver já na altura algum consenso entre os Sindicatos e a administração do banco. Paulo Alexandre referiu que a Febase só celebraria um acordo caso este fosse subscrito por todos os sindicatos representantes de trabalhadores do Millennium bcp. Além disso, o número considerável de trabalhadores não sindicalizados obriga à publicação de uma Portaria de Extensão. "Esta é uma condição *sine qua non* para que este acordo, a existir, possa vir a ser im-

plementado dentro do banco", explicou.

A situação laboral no Millennium bcp causou preocupação aos conselheiros. As dúvidas colocadas prenderam-se essencialmente com o número de efetivos a dispensar.

Mourão esclareceu que um acordo exigiria uma consulta prévia aos órgãos competentes dos Sindicatos, antes de qualquer assinatura.

Rescisões na Parvalorem

Os conselheiros manifestaram também a sua preocupação com a situação dos trabalhadores da Parvalorem.

Paulo Alexandre esclareceu que as negociações para um Acordo de Empresa na Parvalorem seguem normalmente, prevendo que possa haver novidades nos primeiros meses do ano.

O responsável pela negociação coletiva da Febase referiu ainda que um grupo de trabalhadores interpôs uma ação judicial contra a empresa à margem dos Sindicatos e que a Febase não pode ter intervenção nesse caso particular. "Não temos conhecimento de nenhum trabalhador fora deste lote que esteja envolvido no convite para a rescisão de contrato". ■

Forte aposta na informação

É intenção da Federação manter a publicação da revista Febase como veículo primordial na divulgação de conteúdos sindicais e de tempos livres.

Iniciar a construção do sítio da Febase, bem como promover e incentivar os seus Sindicatos na divulgação da informação através da Internet é outra das apostas para 2014.

Por fim, a Federação vai desenvolver o projeto Conferências Febase, essencial na análise das questões que mais preocupam os trabalhadores.

Sindicatos e BCP chegam a acordo

Febase e administração do BCP chegaram a um acordo de princípio que garante a salvaguarda de cerca de 400 postos de trabalho e a reposição das atuais condições remuneratórias após o reembolso, pelo Millennium bcp, do investimento realizado pelo Estado. Ainda este mês os trabalhadores do banco serão consultados sobre o memorando de entendimento assinado pelas partes

TEXTO: **INÊS F. NETO**



No último dia de 2013 houve acordo. Após dois meses e meio de intensas negociações, na manhã de 31 de dezembro Sindicatos e administração do BCP assinaram um "Memorando de entendimento", que formaliza os princípios negociais acordados para a revisão das convenções coletivas do banco.

Os trabalhadores do banco sócios dos Sindicatos da Febase vão agora ser consultados sobre o acordo alcançado, para que possam exprimir a sua vontade neste processo. As três Direções – do SBC, SBN e SBSI – reúnem-se proximamente para decidirem de que forma será feita essa consulta, que terá lugar ainda em janeiro.

Entretanto, será enviada uma carta a todos os sócios, explicando detalhadamente os termos do Memorando e a forma como poderão pronunciar-se.

Após estas diligências, o resultado do "Memorando de entendimento - formalização dos princípios negociais acordados com os sindicatos para revisão dos ACT do Millennium bcp" dará origem a uma cláusula de alteração transitória ao ACT do BCP, que será debatida no Conselho Geral da Febase, uma vez que tem de ser aprovada por este órgão.

A aplicação do acordo está igualmente dependente da publicação de uma Portaria de Extensão que estenderá a alteração do ACT aos trabalhadores não representados pelos sindicatos signatários.

Evitar despedimento coletivo

O principal objetivo da Febase ao encetar negociações com a administração do BCP foi afastar o espectro de despedimento coletivo que pairava sobre os trabalhadores do banco, figura a que o BCP poderia recorrer para atingir a redução do quadro de efetivos

Reestruturação interna

Para recorrer ao plano de recapitalização com apoio estatal, o BCP assumiu um compromisso com a DGComp e o Estado que exige o cumprimento de um programa de reestruturação interna plasmado num conjunto de medidas com consequências diretas no quadro de pessoal.

Reestruturação interna entre 2014 e 2017:

Em 2015, período em que será concentrado o maior esforço de redução, o banco não poderá ultrapassar, a 31 de dezembro:

- 396 milhões de euros de custos com pessoal (diminuição de 131 milhões).

Em 2017, último ano do plano, o banco não poderá ultrapassar, a 31 de dezembro:

- 7.500 trabalhadores e 392 milhões de euros de custos com pessoal.

– Se no prazo estipulado, até dezembro de 2017, o BCP não atingir o duplo objetivo de diminuição de efetivos (para 7.500) e de custos com pessoal (para 392 milhões de euros), terá de reduzir o quadro de efetivos para 7.100 trabalhadores, com recurso a um despedimento coletivo nos termos da Lei. ■

e de custos com pessoal a que está obrigado por Bruxelas.

Impunha-se, assim, encontrar uma plataforma de acordo que permitisse salvar pelo menos quatro centenas de postos de trabalho em risco, podendo o banco, simultaneamente, cumprir as obrigações inerentes ao plano de recapitalização assinado com a Autoridade Europeia da Concorrência (DGComp).

Recorde-se que a falta de um acordo com os sindicatos colocava na mira do despedimento coletivo cerca de 1.600 trabalhadores, indemnizados com base nas condições estabelecidas no Código do Trabalho.

Desde o início, a grande preocupação da Febase foi, por um lado, salvaguardar o maior número possível de postos de trabalho e, por outro, conseguir condições sociais e financeiras mais vantajosas para os trabalhadores que voluntariamente abandonem o banco através de rescisões de contrato por mútuo acordo e por reformas antecipadas.

Do mesmo modo, foi determinante a garantia de que os trabalhadores virão a ser ressarcidos dos valores retidos por via do ajustamento salarial – que começará acima dos mil euros de retribuição mensal efetiva em 3% e progressivamente atingirá os 11% a partir dos sete mil euros.

Em comunicado emitido no próprio dia da assinatura do Memorando, a Febase afirma que "tudo fez e fará para defender, de forma inequívoca, o maior número de postos de trabalho, bem como garantir melhores condições para todos os trabalhadores".

Sair com melhores condições

Recorde-se que este processo começou por iniciativa do BCP, mas a primeira proposta do banco foi considerada inaceitável pelos Sindicatos da Febase, por demasiado gravosa.

Para base de negociação, os Sindicatos exigiram um conjunto de documentos que lhes permitissem encontrar propostas alternativas e menos penalizadoras para os trabalhadores.

Nessas propostas esteve sempre em causa, além do afastamento do despedimento coletivo, que o processo de saída do banco fosse voluntário e aberto a todos os trabalhadores – e não por seleção do BCP através do despedimento – e que as condições fossem superiores ao imposto pela lei.

Muitas das propostas dos Sindicatos acabaram por ser aceites pela administração do BCP e constam do acordo assinado. ■



O que diz o Memorando

Ao longo das várias sessões negociais entre os Sindicatos da Febase e a administração do BCP para um acordo sobre ajustamento salarial, foi possível a Federação garantir um conjunto de compromissos por parte do banco que servirão de base à alteração temporária que se impõe ao ACT. Eis os principais:

- Garantia da salvaguarda de cerca de 400 postos de trabalho;
- Do ajustamento salarial nunca poderá resultar um valor inferior a: remuneração base (valor do nível), acrescida de diuturnidades vencidas e subsídio de almoço;
- A retribuição mensal efetiva (RME) até mil euros ilíquidos não será alvo de qualquer ajustamento salarial;
- O ajustamento salarial começará acima dos mil euros de RME em 3% e progressivamente atingirá os 11% a partir dos sete mil euros;
- A Comissão Executiva e o Conselho de Administração do banco submeterão à Assembleia Geral de acionistas uma proposta de distribuição de resultados pelos trabalhadores, nos anos seguintes ao fim da intervenção estatal, consubstanciada na entrega de um valor pelo menos igual ao valor total acumulado da retenção salarial;
- Rescisões voluntárias de contrato com melhores condições sociais e financeiras, nomeadamente a indemnização em função da data de adesão, a saber:
 - Indemnização de 1,6 de remuneração mensal efetiva por cada ano de trabalho nas primeiras 3 semanas; 1,5 de remuneração mensal efetiva por cada ano de trabalho, no período seguinte;
 - Reforma antecipada para os trabalhadores com mais de 59 anos com uma compensação de montante não superior ao diferencial entre o valor líquido da reforma e 75% da remuneração líquida no ativo, até à idade normal de reforma (65 anos), desde que o seu custo seja inferior a um valor máximo a definir;
 - Reforma antecipada para trabalhadores entre 57 e 59 anos com uma compensação de montante não superior ao diferencial entre o valor líquido da reforma e 70% da remuneração líquida no ativo, até à idade normal de reforma (65 anos);
- A pedido do trabalhador e enquanto vigorar o acordo, a prestação mensal do crédito à habitação e outros créditos pode ser reduzida até ao valor do ajustamento salarial, com recurso a carência de capital durante o período transitório, a restituir com a distribuição de resultados e/ou através do prolongamento do prazo de amortização até aos 75 anos;
- Revisão do ACT do BCP com introdução de uma cláusula de ajuste salarial com vigência temporária;
- Suspensão de promoções, progressões e diuturnidades vincendas enquanto vigorar o acordo (no máximo até 31/12/2017);
- Caducidade do acordo a 31 de dezembro de 2017 ou noutra data anterior convencionada pelas partes;
- Em futuras admissões, direito de preferência aos trabalhadores que rescindam o contrato por mútuo acordo, e em igualdade de circunstâncias, com o devido reajustamento da indemnização recebida;
- Reposição das atuais condições remuneratórias e do ACT atualmente em vigor após o reembolso do investimento público pelo banco, o que ocorrerá em 31/12/2017 ou data anterior. ■

A suspensão dos subsídios de férias e de Natal em 2012 suscitou dúvidas aos trabalhadores reformados do ex-BNU. Neste artigo esclarece-se o quadro legal e convencional do seu regime de reforma, lembrando que decorre em tribunal uma ação judicial para obter os pagamentos em falta, interposta pelos Sindicatos da Febase

TEXTO: **ALEXANDRA SIMÃO JOSÉ***



Regime de reforma do ex-BNU

Os trabalhadores reformados do ex-BNU sofreram o "corte" do subsídio de férias e de Natal no ano de 2012, em consequência da aplicação, pela CGD e pela CGA, do art.º 25.º da Lei do Orçamento do Estado de 2012.

O referido art.º 25.º veio a ser declarado inconstitucional pelo Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 353/2012, de 05.07.12, que, no entanto, determinou que os efeitos da inconstitucionalidade não se aplicassem à suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, ou quaisquer prestações relativamente aos 13.º e 14.º meses, relativamente ao ano de 2012.

Os sindicatos da Febase insurgiram-se contra tais cortes e corre em tribunal uma ação judicial, com vista a obter os pagamentos em falta (neste momento encontra-se em fase de recurso junto do Tribunal da Relação de Lisboa, depois de o tribunal de 1.ª instância ter julgado tais cortes válidos).

Dado que os sócios reformados do ex-BNU nos têm pedido esclarecimentos sobre o seu regime de reforma, entendemos através deste meio prestar alguns esclarecimentos que permitam apreender o quadro legal e convencional de tal regime.

Cronologia

- Os Sindicatos dos Bancários celebraram com o então Banco Nacional Ultramarino, SA o Acordo Coletivo de

Trabalho Vertical (ACTV), publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE), 1.ª série, n.º 31 de 22.08.90, com as subsequentes alterações publicadas na 1.ª série do referido Boletim n.º 30 de 15.08.91, n.º 31 de 22.08.92, n.º 32 de 29.08.93, n.º 42 de 15.11.94, n.º 2 de 15.01.96, n.º 15 de 22.04.97, n.º 21 de 08.06.98, n.º 24 de 29.06.98, n.º 24 de 29.06.99, n.º 25 de 08.07.00 e n.º 24 de 29.07.2001.

- O Banco Nacional Ultramarino, SA foi incorporado, por meio de fusão, na Caixa Geral de Depósitos, em 23 de julho de 2001.

- Em conformidade com o disposto no art.º 112.º, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, com a inscrição da fusão no registo comercial, extinguiu-se o BNU, mas os seus direitos e obrigações transmitiram-se para a sociedade incorporante, ou seja, para a Caixa Geral de Depósitos.

- Os trabalhadores do BNU, então no ativo, à data daquela fusão, passaram, nos termos da lei, a ser trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos e passou a aplicar-se-lhes o Acordo de Empresa da Caixa Geral de Depósitos, que veio a ser publicado no BTE, 1.ª Série n.º 29 de 15.08.2003.

- Os trabalhadores do BNU que, antes da referida fusão, tinham passado à situação de reforma, quando se encontravam ao serviço daquele Banco, continuaram abrangidos pelo ACTV acima referido, que dispõe de um regime de segurança social

substitutivo, não integrado no regime geral da Segurança Social.

- Parte daqueles trabalhadores reformados encontra-se abrangido pelo D.L. 227/96, de 29.11.96 (os pensionistas e reformados até 31.12.95), ou seja, passou a ser da Caixa Geral de Aposentações o encargo e pagamento das respetivas prestações que são reguladas, quanto aos valores e beneficiários, pelo regime estabelecido no ACT em vigor para o setor bancário (art.º 3.º, n.º 1 do D.L. 227/96).

- Os trabalhadores que se reformaram depois de 01.01.96, mas antes da fusão do ex-BNU com a CGD, não são abrangidos por aquele diploma, cabendo à CGD o encargo das respetivas prestações, o que esta satisfaz através do seu Fundo de Pensões. Estas pensões também são reguladas, quanto aos valores e beneficiários, pelo regime estabelecido no mesmo ACT.

- A aplicação dos cortes decorrentes da Lei do Orçamento do Estado de 2012, não obstante a aplicação do regime do ACT, decorre da circunstância de a referida Lei conter uma norma que refere que prevalece sobre a contratação coletiva e sobre os contratos de trabalho, afastando, assim, o regime do ACT. Aliás é precisamente esta norma que os sindicatos consideraram inconstitucional, por violar o direito à contratação coletiva que está salvaguardado na Constituição da República Portuguesa. ■

*Advogada do SBSI

Mediadores de seguros: revisão do CCT já começou

Decorridas cinco sessões negociais com a Associação Nacional de Agentes e Corretores de Seguros, a Febase - Setor Segurador espera que a proposta entretanto reformulada tenha em conta os seus pressupostos

TEXTO: **José Luís Pais**

O objetivo da Febase de, por intermédio do STAS, encetar a negociação de várias convenções (contratos coletivos e acordos de empresa) está já em curso.

O processo negocial começou já com a ANACS - Associação Nacional de Agentes e Corretores de Seguros, que representa pessoas singulares ou coletivas que exercem a atividade de mediadores de seguros.

Ao cabo de cinco sessões de negociação, é possível fazer um balanço, necessariamente provisório e sumário, dos primeiros contactos negociais, de modo a manter adequadamente informados os trabalhadores que prestam a sua atividade em empresas filiadas na ANACS.

Em síntese, pode dizer-se que, se por um lado não se firmou nenhum acordo, por outro lado começa a compreender-se melhor a posição daquela associação.

Do mesmo modo, a Febase - Setor Segurador pôde explicar e fundamentar as posições que defende e que constam da proposta, entretanto já reformulada.

Ou seja, foram abordadas e discutidas em profundidade as questões relacionadas com a vigência, eficácia, denúncia e revisão do CCT e os capítulos da carreira profissional e definições de funções; da prestação de trabalho; e da retribuição do trabalho e abonos.

Salvaguardar direitos

Até ao momento não foi tomada qualquer decisão, mas registou-se uma vasta e profunda troca de opiniões entre as duas partes, que permitirá à ANACS ter em conta os pressupostos da Federação na preparação da proposta reformulada que ficará para análise na próxima reunião, mantendo um diálogo firme mas franco e aberto na salvaguarda dos direitos dos trabalhadores do setor de mediação de seguros.

Assim, parece de salientar que, em rigor, a produtividade de próximas reuniões ficará dependente da utilização que a associação resolve dar ao que foi discutido e ao que está para análise.

A Febase - Setor Segurador aguarda para ver como se desenvolve a negociação, na certeza de que tudo fará para otimizar as relações negociais, mantendo um diálogo firme mas franco e aberto na salvaguarda dos direitos dos trabalhadores do setor de mediação de seguros.

Refira-se, a propósito, que existe outra associação representativa deste setor

– APROSE – com quem a Febase também pretende rever o CCT existente.

Acordos de Empresa

A Federação quer igualmente iniciar brevemente negociações com o Hospital Cuf Infante Santo e com a Mondial Assistance Portugal. Com estas entidades pugnar-se-á pela celebração de Acordos de Empresa que contemplem as melhores soluções para os trabalhadores e para as respetivas empresas.

CCT da atividade seguradora

Quanto ao atual CCT para a atividade seguradora, negociado com a APS – Associação Portuguesa de Seguradores e em vigor desde 2012, pretende-se retomar contactos com a outra parte.

Sendo o ótimo inimigo do bom, a Febase-Setor Segurador está imbuída de espírito construtivo, com o empenho e a convicção de que poderá melhorar ainda mais o CCT. ■



Mais um ano de sacrifícios

Os portugueses têm uma certeza: os preços de bens e serviços aumentam e a proteção social diminui. Quanto ao rendimento disponível, a insegurança é a norma: desemprego, cortes salariais, redução nas pensões...

TEXTOS: **ELSA ANDRADE E PEDRO GABRIEL**



Mais um ano, mais sacrifícios: 2014 não promete boas notícias aos portugueses. A lembrar o velho ditado popular em que o agricultor vai cortando a ração ao seu animal de carga e regozija-se por ele comer cada vez menos e continuar a trabalhar; mas, surpreendentemente, quando está quase a habituar-se a não ser alimentado... morre.

O Governo e a troika parece estarem a fazer a mesma experiência com os portugueses. Ano após ano há mais austeridade, é sempre possível impor ainda mais um sacrifício, na convicção inabalável de que, como verbalizou um banqueiro nacional, o povo "aguenta, aguenta".

Depois de o desemprego disparar para níveis incomportáveis e o respetivo subsídio sofrer cortes sucessivos, do despedimento ser mais fácil e mais barato e do enorme aumento de impostos, chegou a vez de cortar fortemente na despesa social.

O Orçamento do Estado aí está a prová-lo, sem que o Presidente da República tenha solicitado a sua fiscalização preventiva ou sucessiva ao Constitucional. Em vigor desde dia 1, contempla reduções na saúde, na educação, nos apoios sociais. Para os funcionários públicos e do setor empresarial do Estado os cortes salariais começam nos 675

euros, há um novo programa de rescisões e uma nova lei do trabalho.

Para os reformados e pensionistas, mantém-se a cada vez mais definitiva Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) que se estende agora para os 900 ou mil euros, atingindo cerca de 400 mil pessoas, a forma encontrada pelo Governo para substituir a redução nas pensões da CGA chumbada por unanimidade pelos juizes do Tribunal Constitucional.

Desemprego e baixos salários

Aos trabalhadores do setor privado espera-se a nova alteração do Código do Trabalho, um dossiê que será reaberto pelo Governo para encontrar uma nova fórmula para o despedimento individual, já que as anteriores normas não passaram o crivo do Constitucional.

Com a expectativa de um crescimento económico anémico, o desemprego continuará a ser uma espada de Dâmocles sobre os trabalhadores, seja através de despedimentos coletivos, individuais ou rescisões por "mútuo acordo". Manter o salário de 2013 é a melhor expectativa para quem tem trabalho.

Quanto ao desemprego de longa duração, os especialistas são unânimes: veio

para ficar. A quem está fora do mercado de trabalho resta-lhe, face às alterações da lei, um subsídio menor, por menos tempo e sujeito a uma taxa de 5%.

Para os jovens e desempregados que consigam emprego, independentemente das qualificações e experiência, 2014 não deverá ser diferente do ano anterior: precariedade e baixos salários.

Preços sobem

Em contrapartida, o preço de bens e serviços aumenta. Entre os já anunciados, refira-se a eletricidade e o gás natural em 2,8%, os transportes públicos em 1%, as taxas moderadoras da saúde em 0,6% e as telecomunicações em 2,5%.

A inflação média prevista no OE 2014 é de 0,6%.

Adeus troika?

Resta ainda a incerteza do que será a vida dos portugueses a partir de junho. A troika termina realmente o seu protetorado e Portugal recupera a soberania, ou o País ficará sujeito a um programa cautelar?

Certo é que a austeridade continuará. De que forma e com que intensidade são incógnitas a empenhar a vida dos portugueses. ■

Mark Blyth é um defensor acérrimo do Estado social e sabe do que fala. O hoje reputado professor de Economia Política nasceu pobre mas não passou fome nem lhe faltou casa graças às refeições gratuitas da escola e à habitação social. Autor de "Austeridade – A história de Uma Ideia Perigosa", esteve em Lisboa para explicar por que esta política não funciona



A austeridade pode matar

"A Austeridade Mata? A Austeridade Mata?" foi o tema de uma conferência organizada pelo Centro de Investigação de Direito Europeu, Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF), que decorreu no final de novembro na Faculdade de Direito de Lisboa.

Dividida em duas partes, na primeira esteve em debate a Economia de Austeridade, com um painel composto por Teodora Cardoso, João Ferreira do Amaral, João César das Neves, Francisco Louçã e Ricardo Paes Mamede. A segunda, cujo tema foi Austeridade e Saúde, contou com o contributo de Jorge Simões, Constantino Sakellarides, Aranda da Silva, Rita Marques e Martins Nunes.

O presidente do IDEFF, Eduardo Paz Ferreira considerou que uma discussão à volta da austeridade e de possíveis alternativas a esta política torna-se imprescindível. "Vivemos há décadas esmagados por um pensamento económico único que varreu todas as alternativas que 'cheirassem', ainda que de longe, a 'keynesianismo' e instalou-se uma economia de análise fria e puramente numérica que esquece os aspetos económicos e sociais que não podiam ser esquecidos".

Eduardo Paz Ferreira referiu que "existe uma tendência para pensar que a austeridade é o resultado de uma crise de dívida soberana, esquecendo-se que se trata de uma crise do setor financeiro privado que se transmitiu às finanças públicas".

Um auditório cheio teve ainda oportunidade de ouvir o britânico Mark Blyth, professor de Economia Política no Departamento de Ciência Política da Uni-

versidade de Brown, Estados Unidos e autor do livro "Austeridade – A História de Uma Ideia Perigosa". Durante uma hora dissecou a tese que vem expressa no livro, citando o seu percurso como uma das principais razões para ter escrito este livro, que é já uma referência do panorama económico internacional. "Sou um produto do Estado Social, cresci na pobreza. Hoje sou professor universitário graças àquilo que hoje se culpa pela crise: o Estado social".

É esse Estado que Mark Blyth defende, acrescentando que nunca teve fome graças às refeições gratuitas da escola e que nunca lhe faltou abrigo devido à habitação social.

Para este professor, com as políticas que vêm sendo seguidas por toda a Europa a sociedade torna-se profundamente desigual e são os que obtêm menores rendimentos e se encontram no fundo da tabela os primeiros – e únicos – a pagar a crise. "A austeridade

enquanto política é uma injustiça", defende.

Os porquês de uma ideia perigosa

Segundo Mark Blyth três grandes razões explicam por que a austeridade se torna uma ideia tão perigosa. A primeira é porque "pura e simplesmente, não funciona". Países como Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha lançaram pacotes de austeridade desde que a crise os atingiu, em 2008, acreditando que seria esta a resposta aos seus problemas: cortar no orçamento, reduzir a dívida e o crescimento regressaria quando voltasse a chamada 'confiança'. Usando gráficos para cada país, Blyth mostrou que desde o início dos cortes a dívida aumentou em vez de diminuir, logo os juros a pagar também dispararam.

Para que se tenha uma ideia mais definida, o PIB português passou de 62% em 2006 para 108% em 2012, ao ▶

Um mundo de injustiças

Para Francisco Louçã, a verdadeira causa desta 'doença' (crise) foi a quebra do sistema financeiro e de como o mundo financeiro reformulou a economia de maneira a obter rendimentos dela à custa dos mais desfavorecidos.

O economista entende que as políticas de austeridade não podem ser vistas como solução para o problema da crise. "O problema da austeridade é que não para. Se fosse a solução, iria parar mais cedo ou mais tarde. Não é uma solução, é um programa", refere Francisco Louçã, que considera ainda que esta distribuição desigual de rendimentos cria um mundo de injustiça e pode levar, inclusive, a uma sociedade mais violenta.



O desemprego tem sido uma das graves consequências da política de austeridade

▶ passo que os juros das obrigações a dez anos subiram em flecha, de 4,5% em maio de 2009 para 14,7% em janeiro de 2012. "Esta é a prova de que a austeridade não funciona", referiu Blyth.

A segunda razão invocada por Mark Blyth é que este tipo de políticas faz com que os mais pobres da sociedade paguem pelos erros dos mais ricos e é uma forma

de dar maior poder e riqueza a estes últimos. No início de 2010, o G20 apelou à chamada 'consolidação fiscal amiga do crescimento'. Mark Blyth considera esta teoria uma enorme ficção, precisamente porque essa 'consolidação' não atinge todos da mesma maneira. "Quem são os beneficiários dos serviços públicos? São os mais pobres da sociedade, os que estão no nível mais baixo da obtenção de rendimento. Não são os do topo. Esses criaram a crise. E agora que salvámos os que criaram a crise, vamos obrigar os que não têm culpa a pagar? É tremendamente injusto".

Blyth afirma que esta política é muito perigosa porque os que podem pagar não

o fazem e os que não podem pagar são obrigados a fazê-lo.

O problema torna-se mais grave quando todos os Estados aplicam medidas de austeridade ao mesmo tempo. "Se toda a gente poupar, isso significa que ninguém vai gastar, logo não entra dinheiro. Quer seja uma pessoa, uma empresa ou um Estado a poupar, se o fizer ao mesmo tempo que todos os outros isso só vai encolher a economia. Teremos no topo a dívida e no fundo o PIB. Se o PIB for diminuindo, a diferença para a dívida vai aumentando". Este é o terceiro problema identificado por Blyth para justificar a austeridade como ideia perigosa.

Criar uma almofada fiscal

A presidente do Conselho de Finanças Públicas foi a primeira a intervir após a dissertação de Mark Blyth. Teodora Cardoso concorda com a teoria do professor universitário quando diz que a austeridade deve ser aplicada em alturas de expansão e não de recessão.

"Precisamos daquilo a que hoje em dia se chama 'almofada fiscal', uma margem de manobra para políticas fiscais de crescimento em tempos de crise. Se não conseguirmos, entramos em défice e temos de encontrar outras formas de controlá-lo".

No caso português, Teodora Cardoso reforçou ainda que o uso desta 'almofada fiscal' é importante para a criação de políticas sociais. "Pessoalmente sou a favor de uma política social forte, mas precisamos de uma margem de manobra em termos fiscais que a sustente", disse, explicando que a grande diferença entre os EUA e os países europeus reside no facto de os norte-americanos produzirem a moeda que serve de referência a todo o cenário económico internacional.



Um painel de especialistas debateu a economia de austeridade



Austeridade: uma definição

Na conferência de Lisboa, Mark Blyth explicou o que é, afinal, esse termo que entrou nas nossas vidas e tem resistido a ir-se embora. Para o professor universitário, austeridade "é uma forma de deflação voluntária, em que a economia se ajusta através da redução de salários, preços e despesa pública para 'restabelecer' a competitividade, que (supostamente) se consegue melhor cortando o Orçamento do Estado, promovendo as dívidas e os défices".

No entanto, Blyth discorda da forma como tem sido usada. "A austeridade não é cortar quando se está a crescer. Concorro que devemos pagar as nossas dívidas desde que tenhamos rendimentos. Mas se pagarmos as dívidas não tendo rendimentos, aquilo que estamos a fazer é liquidar os nossos ativos. Ao fazer isto, não só estamos a acumular mais dívida como ficamos com uma reserva de ativos muito reduzida. Isto é válido nas nossas casas, nas empresas ou nos Estados", concluiu. ■

...ao "demasiado grande para resgatar"

A segunda parte desta crise passa-se na Europa. Blyth explica que, na década da introdução do euro, os maiores bancos dos países nucleares europeus compraram grandes quantidades de dívida soberana periférica e alavancaram-se (reduziram capital e aumentaram a dívida para ganhar mais lucro).

"Isto significa que uma viragem de poucos pontos percentuais contra os seus ativos pode deixá-los insolventes. Como consequência, os bancos europeus tornam-se 'demasiado grandes para resgatar'", explicou.

A falácia da crise da dívida soberana

Uma das maiores críticas que Mark Blyth faz no seu livro é a maneira como a austeridade está a ser vendida por políticos e comunicação social: como o retorno de uma crise da dívida soberana supostamente criada pelos Estados que, aparentemente, gastaram demais. "É uma representação fundamentalmente errada dos factos", defende Blyth.

Os bancos, ao acumularem dívidas astronómicas, forçaram os respetivos países a recorrerem em seu auxílio "por serem demasiado grandes para falir". O resgate efetuado fomentou a dívida, que por sua vez levou à austeridade.

"Estes problemas, incluindo a crise dos mercados de obrigações, começaram com os bancos. A confusão atual não é uma crise da 'dívida soberana' gerada por gastos excessivos seja de quem for, à exceção dos gregos", explica.

"A austeridade não é apenas o preço da salvação dos bancos. É o preço que os bancos querem que alguém pague".

Que soluções?

Mas se a austeridade é uma ideia perigosa, quais os caminhos a seguir? Mark

Blyth acredita que grande parte da solução passa pelo investimento. "A ideia que nos estão a vender é que não podemos gastar dinheiro agora porque isso significa comprometer o futuro das nossas crianças. Mas se não gastarmos agora não haverá investimento no futuro e iremos deixá-las numa economia pequena", explica.

Para sustentar a sua ideia, Blyth citou o caso da Letónia, que começou a crescer em 2010, quando parou com as medidas de austeridade. "Simplesmente parem de aplicar austeridade, é capaz de ser uma boa ideia".

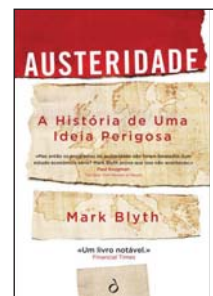
Além disso, o professor universitário insta os Estados a fazerem um esforço para receberem impostos sobre os mais ganhadores a nível mundial, bem como procurarem a riqueza que se encontra escondida em paraísos offshore. "Um novo estudo da Tax Justice Network calcula que haja 32 mil biliões de dólares – que é mais de duas vezes o total da dívida nacional dos Estados Unidos – escondidos em offshores, sem pagar impostos", refere. ■



Mark Blyth: "Quem são os beneficiários dos serviços públicos? São os mais pobres da sociedade, os que estão no nível mais baixo da obtenção de rendimento. Não são os do topo. Esses criaram a crise"

Do "demasiado grande para falir"...

No entendimento de Mark Blyth, a origem desta crise é proveniente do sistema bancário dos EUA, considerado pelo governo norte-americano 'demasiado grande para falir' que, por isso, não o permitiu. O preço a pagar por este resgate foi "transformar a Reserva Federal num 'banco tóxico' (a abarrotar de ativos tóxicos que foram trocados por dinheiro para manter os empréstimos) enquanto o governo abria um fosso nas suas finanças ao tapar os buracos causados pelas receitas perdidas devido ao crash com despesa deficitária e emissão de dívida".



Título: Austeridade - A História de Uma Ideia Perigosa
Autor: Mark Blyth
Edição: 2013
Editor: Quetzal
Páginas: 348
Preço: 18,80€

Universidade Sénior Pedro Santarém

Oficinas de Lazer começam este mês

Respondendo às expectativas dos alunos, a Universidade Sénior criou novos polos de interesse, que arrancam em janeiro. Mais uma razão para a frequência, a juntar às que justificaram a satisfação unânime revelada num inquérito



No final do primeiro período letivo, os responsáveis pela Universidade Sénior Pedro Santarém quiseram conhecer a opinião dos alunos sobre o funcionamento do estabelecimento de ensino, em todos os seus aspetos.

Assim, foi realizado um pequeno inquérito confidencial, que revelou uma unanimidade de opiniões quanto à generalidade dos pontos apresentados.

No aspeto organizativo não houve qualquer contrariedade e no que respeita a itens como a forma como decorrem as aulas, materiais, instalações e horários, entre outros, todos foram unânimes em afirmar que estavam satisfeitos e o corpo administrativo podia continuar o caminho de desenvolvimento da Universidade.

Trabalhos manuais

Além das aulas ministradas, os alunos referiram que gostariam de ter outros temas para abordar. Assim, e indo ao encontro das preferências transmitidas, foi decidido iniciar já este mês as aulas de Oficinas de Lazer.

A opção por esta designação abrangente foi a forma encontrada para po-



der permitir a todos os interessados trabalhar as diversas áreas relacionadas com trabalhos manuais e lazer, estando em aberto a abordagem aos vários temas, bem como a utilização de materiais diversos.

A Universidade irá propor a todos que deem ideias e colaborem na organização das aulas com as suas sugestões e conhecimentos, permitindo desta forma uma salutar troca de experiências entre participantes.

O repto está lançado: se sabe tricô ou tem conhecimentos de tapeçaria; se gostava de aprender crochet ou necessita de decorar uma caixinha de madeira que tem em casa... enfim, se

quer aprender, ensinar ou trocar ideias este é o espaço ideal para isso.

Os alunos terão ainda oportunidade de visitar outros espaços onde poderão aprender novos temas ou conhecer outros trabalhos e materiais.

As Oficinas de Lazer terão temas de interesse para todos, independentemente do género ou idade.

Venha partilhar os seus conhecimentos e/ou aprender uma técnica que não conhece e gostaria de dominar.

Entretanto confirme a sua presença. Os contactos são: e-mail: uspedrosantarem@stas.pt; telefone: 218 802 160. ■



Vai uma caminhada?

É um projeto com uma adesão cada vez maior e o objetivo para o novo ano mantém-se intacto: a Febase quer que as suas caminhadas continuem a crescer. A primeira acontece já em fevereiro



Um percurso noturno pelos miradouros lisboetas é uma das propostas

"Por mais longa que seja a caminhada o mais importante é dar o primeiro passo", assim escreveu, um dia, Vinícius de Moraes. A frase pode ser usada não só como metáfora para situações de vida como também no sentido literal. Depois do sucesso alcançado nas edições anteriores, as Caminhadas Febase voltam em força no novo ano para continuarem a fomentar o bem-estar físico e emocional bem como a amizade, o convívio e a camaradagem. Além disso, são um importante veículo de descoberta dos locais mais belos que o nosso País tem para oferecer.

Sendo maioritariamente praticada na Natureza, a caminhada permite uma observação mais atenta a tudo o que nos rodeia, o que leva a um conhecimento maior da fauna, da flora e da geologia.

Na última edição, os caminheiros tiveram oportunidade de ficar a conhecer monumentos históricos como o Aqueduto das Águas Livres, que foi mesmo um dos percursos com maior adesão. O Trilho das Pontes, na Serra de Sintra, é outro dos exemplos do sucesso desta iniciativa, que também se explica pelo facto de ser uma modalidade de baixo custo em que

os sócios podem participar juntamente com os seus familiares e amigos.

E como em equipa que ganha não se mexe, as Caminhadas Febase estão de regresso para mais um ano... a caminhar.

Magoito inaugura calendário

Para 2014, a Federação preparou um conjunto de iniciativas diversificadas, no sentido de agradar ao maior número possível de caminheiros. Uma das prioridades passa igualmente por realizar os percursos que não foram feitos no ano transato.

E para queimar os excessos que o Natal e o Ano Novo sempre trazem, nada como começar a caminhar para voltar à boa forma física.

O primeiro percurso está marcado para fevereiro, no Magoito/Samarra, num trajeto de 14 quilómetros. Nesta caminhada inicial, os participantes terão a oportunidade de percorrer uma parte da costa portuguesa, num caminho marcado pelas bonitas falésias, sempre com uma vista excecional para o mar.

O Magoito é, portanto, um excelente ponto de partida para um ano que contará, entre outras, com caminhadas no Formosinho (Serra da Arrábida), pelas serras de Al-ruta (Arruda dos Vinhos), pelos miradouros de Lisboa à noite ou pela Rota do Vinho de Palmela. Em novembro, a visita à Aldeia das Broas atrairá, certamente, muitos caminheiros. Esta aldeia, situada no concelho de Mafra, conheceu o último habitante em 1969. Hoje em dia, a mistura de estruturas que ainda resistem e as ruínas que o tempo não perdoa tornam a Aldeia das Broas um excelente lugar para visitar.

Não fique em casa, traga familiares e amigos e inscreva-se nas Caminhadas Febase. Para mais informações consulte o blogue: <http://caminhadasfebase2013.blogspot.pt/> Boas caminhadas! ■



A abandonada Aldeia das Broas promete uma interessante caminhada

Para apontar na agenda

Fique a par das caminhadas já agendadas para este ano:

Mês	Caminhada
Fevereiro	Magoito/Samarra, 14 km
Março	Formosinho - Serra da Arrábida, 17 km
Abril	Cheleiros, 13 km
Maio	Miradouros de Lisboa à noite
Junho	Por serras de Al-ruta (Arruda dos Vinhos), 14 km
Setembro	Caminhada da Água, 22 km
Outubro	Rota do Vinho de Palmela
Novembro	Aldeia das Broas, 13 km



CONCURSO FOTO FEBASE

Vencedores

MELHOR FOTOGRAFIA - FOTOFEBASE 2013



"Olhar intenso"
Luís Rego

VENCEDORES - TEMA LIVRE



1º Prémio
"Olhar intenso"
Luís Rego



2º Prémio
"Amanhã será outro dia"
Rui Gonçalves

VENCEDORES - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



1º Prémio "Lobo do mar"
Francisco Oliveira



2º Prémio "Reflexos das minhas gentes"
José Canelas

MENÇÕES HONROSAS - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"Mourisca iluminada"
José Canelas



"Saldos"
José Canelas

MENÇÕES HONROSAS - TEMA LIVRE



"Cores sul americanas"
Rui Gonçalves



"Vidas"
Cristina Mestre



Golfe

Ponte de Lima consagra José Mendes e Vítor Madureira

Os dois concorrentes do SBSI foram os mais fortes nas respetivas categorias, numa final marcada pelo equilíbrio entre os participantes

TEXTO: PEDRO GABRIEL

A vila minhota de Ponte de Lima foi o palco escolhido para a final do 10.º Torneio Nacional de Golfe, no dia 11 de novembro, que contou com a participação de 15 golfistas.

O dia da prova começou cedo, por volta das 10h00, com a realização do check-in habitual. O dia amanheceu frio, mas por altura das primeiras tacadas já o sol marcava presença, tornando a manhã perfeita para a prática da modalidade.

O convívio e espírito de camaradagem foram uma constante ao longo de todo o torneio, o que já vem sendo hábito neste tipo de iniciativas. Para além disso, a final foi bastante equilibrada, como atesta a proximidade entre os concorrentes na tabela classificativa final, dominada por José Rocha Mendes e Vítor Madureira, respetivamente em Gross e Net.

Os concorrentes reuniram-se ao final do dia para um animado jantar-convívio numa unidade hoteleira local, ocasião que serviu igualmente de pretexto para a cerimónia de entrega de prémios aos vencedores.

Foram ainda galardoados Miguel Leal Silva, com o troféu Longest Drive (para o drive mais longo), alcançado no buraco 17, e João Castro Sá, com o troféu Nearest the Pin (para a bola mais próxima da bandeira), conseguido no 18.º buraco.

Fizeram parte da Comissão Organizadora Henrique Rego, Alfredo Correia e Francisco Mateus (SBN), Manuel Camacho e António Ramos (SBSI), Francisco Carapinha e António Pimentel (SBC). ■



José Mendes



Vítor Madureira

Tabela classificativa

Na categoria Gross, o mais forte acabou por ser José Rocha Mendes (BES Açores/SBSI), que terminou com 25 pontos, mais quatro que Vítor Madureira (BES/SBSI), o segundo classificado. Na terceira posição ficou Juvenal Candeias (BBVA/SBSI), com 18. João Castro Sá (BdP/SBSI) e Miguel Leal Silva (Santander Totta/SBN) terminaram nas quarta e quinta posições, respetivamente, ambos com 16 pontos.

Net

Já na categoria Net, a vitória sorriu a Vítor Madureira, com um total de 36 pontos, ele que por pouco não fazia a "dobradinha", já que terminou no segundo posto em Gross.

Hugo Faria Couto (BES/SBN) foi segundo, com 32 pontos, os mesmos que Miguel Leal Silva, que assim alcançou o terceiro lugar. Juvenal Candeias foi quarto, com 31 pontos, mais um que José Lourenço Tomás, quinto classificado. ■



Depois do êxito da primeira visita

Convívio com Arte prossegue em 2014

A iniciativa vai continuar em 2014 e o programa para todo o ano está já disponível. O primeiro evento é uma visita orientada à exposição temporária do Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa

TEXTO: **INÊS F. NETO**

"Convívio com Arte" nasceu com o objetivo de proporcionar uma oportunidade de conhecer alguns dos tesouros artísticos nacionais, em visitas orientadas promovidas pelo SBSI, proporcionando, simultaneamente, uma ocasião de os participantes conviverem sob o excelente pretexto de uma atividade cultural – e em vez da solidão de uma visita individual poderem trocar impressões entre si. A primeira atividade organizada teve como local de eleição a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, ao Saldanha, em Lisboa.

A visita à casa do médico e colecionador de arte que fez do ateliê do pintor José Malhoa a sua residência e repositório das obras adquiridas foi dividida por duas datas e horários diferentes, de forma a abranger bancários no ativo e reformados. A primeira realizou-se dia 20 de novembro, à hora do almoço, e a segunda três dias depois, na tarde de sábado.

Em qualquer delas a participação dos sócios excedeu as expectativas, tendo quase atingido o número limite de inscrições: sete na primeira e cerca de três dezenas na segunda, alguns vindos de fora de Lisboa. Ambas as visitas foram guiadas por técnicos responsáveis da Casa-Museu, que proporcionaram infor-



Um dos grupos do SBSI na sala que foi o ateliê do pintor José Malhoa

mações detalhadas sobre o Dr. Anastácio Gonçalves, explicações sobre as principais obras das suas três coleções – pintura, mobiliário e porcelana, todos com obras de assinalável importância artística – e o desvendar de pormenores pouco conhecidos sobre o homem e as peças.

O interesse dos sócios foi unânime, elogiando a iniciativa do Sindicato e revelando vontade em participar em novas visitas.

Programa diversificado

Depois deste sucesso, o Pelouro dos Tempos Livres do SBSI decidiu elaborar um programa e respetivo calendário para o ano inteiro, de forma a que seja possível aos interessados planear atempadamente as visitas e efetuar as respetivas inscrições.

As visitas orientadas são mensais e realizam-se no último sábado de cada mês. As inscrições podem ser feitas logo no início do ano para qualquer das visitas programa-

das, sendo o prazo limite para cada uma os 15 dias anteriores à data de realização. A exceção é a de janeiro, cujas inscrições estão abertas até dia 20 deste mês.

As visitas estão abertas aos sócios do Sindicato, que podem fazer-se acompanhar por familiares e amigos.

Cada passeio exige um mínimo de 20 participantes, sendo o limite máximo as 30 pessoas. O custo é de 6•€, mas são grátis para crianças até aos dez anos. Nos passeios que incluem almoço a refeição não está incluída no preço. ■

Plano anual

Janeiro – Exposição temporária do Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa (inscrições abertas até dia 20);

Fevereiro – Panteão Nacional, em Lisboa;

Março – Museu da Fundação Oriente, em Lisboa;

Abril – Palácio da Ajuda, em Lisboa;

Maio – Fragata Fernando e Glória, em Cacilhas (com almoço no Beirão);

Junho – Percurso em Alfama e Museu do Fado, com almoço;

Julho – Quinta da Regaleira, em Sintra (com almoço);

Agosto – Palácio de Queluz;

Setembro – Casa das Histórias "A Arquitetura", em Cascais;

Outubro – Roteiro "Almada Negreiros e o Modernismo";

Novembro – Museu do Azulejo, em Lisboa;

Dezembro – Museu de Arte Moderna (Chiado); e Museu das Marionetas (programa infantil), ambos em Lisboa.



O técnico da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves mostra a reprodução para invisuais de uma das obras da coleção





Pesca de Alto Mar

Apurados finalistas do Continente

Sete concorrentes do Continente, a que se juntarão os primeiros classificados dos Açores e da Madeira, vão tentar obter a maior pescaria na final do Sul e Ilhas, marcada para 14 de março

TEXTO: PEDRO GABRIEL

A 28.ª edição do Campeonato Interbancário de Pesca de Alto Mar conheceu as duas últimas provas da segunda fase da zona do Continente, a 16 e 23 de novembro de 2013, tendo em vista o apuramento para a final do Sul e Ilhas.

Recorde-se que cada concorrente disputou duas eliminatórias e a soma destas determinou a classificação final. Assim sendo, no primeiro lugar finalizou Bruno Santos Ferreira (Banco Popular), fruto de vitórias conseguidas nas duas provas.



Na segunda posição ficou Luís Fernando Patas (Santander Totta), na terceira Camilo Lopes Santos (Montepio Geral) e António Reis Valério (Millennium bcp) foi quarto.

Os três últimos lugares de apuramento foram ocupados por pescadores do Santander Totta: Luís Manuel Ferreira, João Nogueira Nunes e Camilo

Augusto Baía, que conseguiu o último bilhete para a final.

Na classificação por equipas, o SSRS terminou com 12 pontos, seguido do GDST, com 18. A completar o pódio ficou a Unice, com 42 pontos.

A final do Sul e Ilhas está agendada para 14 de março, em Setúbal. ■



Entre sopranos, contraltos, tenores, baixos, cantores de chuva, cantores que acompanham a música que passa na rádio e cantores de karaoke, todos serão bem vindos! Participe juntando-se a nós!

Pré-requisitos:

- Gostar de música, de cantar e conviver;
- Ter força para segurar a pasta das partituras enquanto canta;
- Estar disponível para ensaiar duas vezes por semana em Lisboa, horário pós-laboral, a marcar oportunamente, conforme disponibilidade dos coralistas e maestro.

Benefícios:

- Desenvolver capacidades e competências vocais e musicais;
- Praticar outras línguas;
- Estreitar laços de amizade entre colegas, amigos, familiares e outros Coros com que haja intercâmbio;
- Enriquecer culturalmente;
- Valorizar e divulgar as raízes culturais do País;
- Conviver e relaxar, pois a atividade musical é um excelente anti-stress!

Destinatários:

Todos os sócios do SBSI, colaboradores, e familiares utentes do SAMS, não sendo necessário experiência coral anterior, e desejável não integrar outros coros bancários.

Inscrições:

Se quiser fazer parte deste projeto, envie um e-mail para: administrativa@sbsi.pt ou ligue 213 216 000, até ao dia 31 de janeiro de 2014.



- ✓ Gosta de Música?
- ✓ Gosta de cantar, nem que seja debaixo do chuva ou ao som do rádio?!
- ✓ E de conviver?

Então junte-se a nós!! Contamos consigo para fundar o CorosBSI



Futsal

Final-four definida



A Fapoc Vet em ação, no jogo contra a GBES

Uniteam, Fapoc Vet, Agriteam e CGD Funchal: uma destas quatro equipas irá levantar o troféu de campeão do Sul e Ilhas de futsal para veteranos

Os quartos e meias-finais do 14.º Torneio Interbancário de Futsal tiveram lugar nos dias 7 e 14 de dezembro, respetivamente. Algumas surpresas e muita emoção marcaram as várias partidas.

O primeiro jogo dos quartos de final opôs a Portugais (BdP) à Fapoc Vet (Millennium bcp) e terminou com a vitória dos segundos por 4-2. Paulo Lima foi o goleador de serviço, ao apontar 3 golos.



Fapoc Vet é uma das equipas a disputar a final

A Uniteam, de Setúbal, enfrentou o Clube GBES (BES) e não teve dificuldades em triunfar por 8-2. Com quatro golos em cada parte, a campeã em título começava a mostrar ser uma das favoritas à vitória. Grande exibição de Jorge Santos, que apontou um hat-trick. Nuno Ferreira e Fernando Filipe fizeram os tentos de honra para o Clube GBES.

Num dos jogos mais empolgantes desta fase, os Leopardos caíram aos pés do BCP Foot Vet (Millennium bcp), por 3-2. Os dois golos que os Leopardos marcaram na primeira parte adivinhavam mais um triunfo para esta equipa, mas na etapa complementar tudo mudou. O BCP Foot Vet não desistiu e igualou a contenda, forçando o prolongamento. E foi precisamente nesta fase do encontro que Armando Lima se tornou herói ao apontar o golo da vitória, estavam decorridos 4 minutos. Como na competição vigora a regra do golo de prata, o jogo terminou automaticamente ao intervalo. Os Leopardos, até aqui invictos e apontados como um dos favoritos, ficavam pelo caminho.

Krakes do Kintal (Millennium bcp) e DOC, de Évora, também precisaram do prolongamento para resolverem o seu jogo. Começou melhor a equipa eborense, com António Baltazar a inaugurar o marcador, aos 6 minutos. Já na etapa complementar, Paulo Gomes empatou para os Krakes do Kintal, aos 13. E quando já se aguardava a decisão

por grandes penalidades, António Baltazar bisou e colocou a equipa DOC nas meias-finais da prova.

Uniteam demolidora

No entanto, a equipa DOC foi da euforia à desilusão em apenas uma semana. Depois da vitória arrancada a ferros nos quartos, a equipa de Évora defrontou a Uniteam e saiu vergada por uma copiosa derrota, por 18-0. Um jogo que Jorge Santos dificilmente irá esquecer, uma vez que terminou com 8 golos apontados. Os setubalenses deram nova demonstração de força e disseram presente na intenção de revalidarem o título alcançado na temporada passada.

Na outra semi-final, um derby entre equipas do Millennium bcp. Graças à vitória sobre os Leopardos, o BCP Foot Vet partia moralizado para este jogo, mas a Fapoc Vet não se deixou impressionar e venceu por 2-0. Paulo Lima e Amadeu Correia marcaram os golos e carimbaram o passaporte para a final-four da competição.

O campeão do Sul e Ilhas será encontrado nos próximos dias 18 e 19, no Pavilhão do Colégio da Quinta do Mar, em Penafirme. O sorteio, a realizar na altura, contará com a presença das equipas Uniteam, Fapoc Vet, Agriteam (Açores) e CGD Funchal (Madeira). Daremos conta dos resultados em futuras publicações. ■





Conselho Geral aprova Programa de Ação e Orçamento



Reestruturações nos bancos e processo de revisão global do ACT do setor bancário marcarão 2014

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

O Conselho Geral do SBN aprovou, no passado dia 27 de dezembro, o Programa de Ação e o Orçamento para 2014, apenas com doze votos contra e quatro abstenções.

Aquele órgão aprovou também, por unanimidade e aclamação, um voto de reconhecimento a Nelson Mandela "pelo rico e vasto legado na defesa dos direitos humanos, que servirá de inspiração para um mundo onde imperem a igualdade, a justiça e a liberdade dos homens". O documento será enviado à embaixada da África do Sul.

O Programa de Ação sublinha que, a nível da negociação coletiva, continuará a decorrer o processo com as instituições de crédito, que em meados de 2012 procederam à denúncia do acordo de trabalho do setor bancário: "As negociações que têm vindo a decorrer encontram-se numa fase crucial, com a discussão das cláusulas referentes às

promoções por antiguidade e mérito, diuturnidades e prémio de antiguidade, categorias e carreiras profissionais, mobilidade geográfica e exercício da atividade sindical, bem como a própria cláusula do SAMS".

O documento acentua a urgência de dar prosseguimento ao processo, impedindo desta forma a caducidade da anterior convenção coletiva, com as respetivas consequências: "Continuaremos as negociações, certos de que teremos de encontrar caminhos que nos permitam alcançar, rapidamente, um acordo que satisfaça os bancários, tendo igualmente presente as consequências que um não acordo acarreta, nomeadamente quanto ao perigo inerente à caducidade do ACT do setor bancário".

Acompanhar trabalhadores

Por outro lado, continuarão também a ser acompanhadas, com todo o cuidado e atenção, as reestruturações que alguns bancos pretendem realizar ou que foram obrigados a fazer, dado o recurso à linha de crédito estatal para reforço de capitais próprios.

Entretanto, encontra-se neste momento a desenrolar-se o processo do Millennium bcp, que decorrerá até 2017: "Sabemos já as consequências, para o

banco, do acordo a que chegou com as autoridades europeias, bem como do que assinou com a DGComp, que obriga esta instituição a proceder a um corte significativo nos gastos com o pessoal, número de trabalhadores e agências".

A posição que a Febase tem assumido, em representação dos seus Sindicatos, é de disponibilidade para negociar um eventual acordo que permita





salvaguardar o maior número possível de postos de trabalho, não havendo possibilidade de qualquer entendimento antes que esteja devidamente estabelecido que, após a assinatura, o banco não recorrerá ao mecanismo do despedimento coletivo.

No que se refere à Parvalorem, instituição igualmente em processo de reestruturação, continuam as negociações para ser obtido um Acordo de Empresa (AE), dada a especificidade do trabalho que desenvolve: "O processo encontra-se em fase final de negociação e será, logo após a conclusão, sufragado pelos órgãos próprios da Febase. Nesta empresa foi recentemente aberto um processo de rescisões voluntárias de contrato, o que originou um acompanhamento muito próximo por parte da Federação".

Ao mesmo tempo e dado que os trabalhadores bancários têm vindo a perder poder de compra, quer por via da inflação existente, quer pelo facto de desde há alguns anos a esta parte não terem tido qualquer alteração salarial, a Febase continuará nas diferentes mesas negociais a defender a necessidade de as tabelas serem devidamente atualizadas.

Saúde: novas realidades

O SAMS, em matéria de financiamento, tornou-se, pelas suas características próprias, vítima indefesa das regras impostas pelo mercado, impossibilitado de acompanhar os preços dos serviços e dos produtos adquiridos, pela dificuldade em ajustar posteriormente os valores a co-

SAMS: o futuro

O SAMS propõe-se:

- Reforçar as ações na medicina preventiva, com prevalência em áreas como a diabetes e o foro oncológico;
- Renovar o quadro clínico interno e promover o reforço em algumas especialidades que evidenciem maior desequilíbrio entre a oferta e a procura;
- Prosseguir, com rigor e critério seletivo, a política de convenções, continuando a efetuar alguns ajustamentos pontuais, em complemento da vasta rede de entidades convencionadas;
- Continuar o processo de renovação de equipamento de apoio à consulta de oftalmologia, que está hoje já ao nível das mais conceituadas clínicas da especialidade;
- Prosseguir a política de integração, nas tabelas do SAMS, dos meios auxiliares de diagnóstico que se revelem, inequivocamente, inovadores e com comprovado interesse clínico;
- Promover a atualização da tabela de comparticipações, com critério e rigor, sem comprometer a necessária e desejável estabilidade financeira da instituição;
- Continuar a adoção de medidas de controlo sobre diversos consumos, com especial incidência da faturação hospitalar, para cujo sucesso é fundamental a colaboração dos beneficiários, não se coibindo o Conselho de Gerência de proceder às rescisões com entidades cujo comportamento se revele eticamente reprovável.

Algumas destas medidas visavam e conseguiram racionalizar os custos de funcionamento, na perspetiva de manter e, em alguns casos, de elevar os níveis dos serviços prestados, a caminho de um serviço competente e de excelência, com a segurança que permite encarar o futuro com tranquilidade, com a consciência de um trabalho para a consolidação e para a garantia da sustentabilidade do SAMS. ■

brar aos beneficiários, correspondentes aos serviços prestados.

O aparecimento de novas doenças, aliado ao evidente envelhecimento da população, tratando-se embora de situações muito diferentes, têm em comum o aumento de despesa efetuado: "De facto, o grande aumento da esperança de vida verificado na sociedade portuguesa, se bem que constituindo um fator muito positivo que a todos satisfaz, tem uma expressão muito significativa nos custos globais, sabendo-se que existe uma relação direta entre a elevação do nível etário e os custos despendidos na saúde".

O SAMS tudo fará para atrair os beneficiários aos postos clínicos cuja dimensão venha a justificar a sua manutenção: "Algumas medidas interessantes serão tomadas já no início do ano de 2014 e outras se seguirão num futuro mais ou menos próximo".

Entretanto, foi concluída a primeira fase da reestruturação dos postos clínicos.

Foram garantidas e reforçadas todas as valências que se encontravam disponíveis nos postos intervencionados, de modo a que a alteração havida represente, inequivocamente, uma efetiva e me-

recida melhoria nas condições de acesso à saúde: "De realçar a grande e generalizada compreensão dos beneficiários e o enorme sentido de responsabilidade demonstrado pelos colegas coordenadores do SAMS nesses postos, que souberam observar e encontrar sempre a bisetriz que refletisse o interesse institucional e o dos beneficiários".

Situação financeira

Foram prosseguidos os esforços de ser regularizada a dívida pendente, já com grande maturidade, do Ministério da Saúde/ACSS ao SAMS, de 46 milhões de euros, sem qualquer sucesso, tendo sido entregue à entidade devedora uma notificação judicial avulsa, sem nenhum resultado prático.

Em janeiro, não existindo entretanto qualquer desenvolvimento, entrará em definitivo o processo na via judicial.

Contudo, e pese embora a magnitude desta dívida, o SAMS vem honrando todos os compromissos para com os mais variados parceiros, constituindo, sem qualquer dúvida, uma instituição apetecível para colaboração por parte de todas as entidades a operar no mercado da saúde. ■





Comportamentos aditivos agravam-se em contexto laboral

A incapacidade de encarar a deterioração das condições financeiras dos agregados familiares e o sobreendividamento estão na origem do aumento de comportamentos aditivos

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

Os comportamentos aditivos em contexto laboral estão a agravar-se, concluíram os participantes num seminário organizado pela UGT-Porto a 7 de dezembro.

Na sessão de abertura, Pereira Gomes, presidente daquela estrutura, sublinhou a relevância da iniciativa, uma vez que as dificuldades sociais e económicas são suscetíveis de induzir tal agravamento, a cujo combate os sindicatos estão particularmente sensíveis, designadamente no que se refere ao apoio que concedem aos trabalhadores.

A seguir, Adelino Vale Ferreira, da ARS Norte e coordenador da Divisão para a Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, apresentou uma importante conferência, fornecendo teorias científicas explicativas sobre o consumo de drogas, ao mesmo tempo que traçou as características de funcionamento dos toxicodependentes.

Coube a Firmino Marques, presidente da Mesa do Conselho Geral da UGT-Porto, na sessão de encerramento e em jeito de síntese, sublinhar que, conste ou não das estatísticas oficiais, a verdade é que tem vindo a aumentar o número de comportamentos aditivos em contexto laboral, quantas e quantas vezes de forma incon-



fessada, sub-reptícia, à revelia do conhecimento dos membros dos respetivos agregados familiares.

Acrescentou que, quando abordados por camaradas amigos em quem depositam confiança extrema e após muito instados, acabam por desabafar que tais comportamentos foram adotados recentemente, como forma de refúgio pela incapacidade de encarar de frente a deterioração das condições financeiras que vivem os seus agregados, alguns deles já em situação – ou para lá a caminharem rapidamente – de sobreendividamento, de incapacidade para solver os seus compromissos, de quebra de laços familiares e de perigosa aproximação para a ténue fronteira que os separa da exclusão.

Inversão da austeridade

Assim, no entendimento de Firmino Marques, esta problemática do insofismável aumento dos comportamentos aditivos em contexto laboral, muito mais do que uma questão de saúde pública, tem de ser entendida e resol-

vida – ou, quando menos, minimizada – no contexto do dossiê social.

Por outras palavras: "Enquanto se mantiverem as políticas que atiram os trabalhadores e as famílias para uma crescente e imparável austeridade, retirando-lhes recursos para fazerem face a uma vida condigna, como reclama o conjunto do movimento sindical internacional de todos os quadrantes político-sindiais, vai agravar-se, inexoravelmente, o número de comportamentos aditivos, também em contexto laboral".

Aquele sindicalista terminou, acentuando: "A realidade não se compadece com palavras, com recomendações, com estudos. A solução começa precisamente – e volto a citar o movimento sindical internacional – com a inversão das políticas de austeridade e com a adoção de políticas que suscetibilizem o desenvolvimento da economia e os níveis da empregabilidade. Caso contrário, terá mais uma vez razão o sábio aforismo popular português, segundo o qual 'palavras leva-as o vento'." ■



"Água" é tema de exposição fotográfica

O Núcleo de Fotografia do SBN continua a realizar o ciclo de exposições subordinado ao tema genérico "Treze Meses - Treze Temas".

Enquadrada nesse ciclo de mostras mensais sob matérias previamente definidas, foi inaugurada, no dia 8, a exposição "Água", da autoria de José Godinho.

A mostra permanece aberta ao público até 5 de fevereiro na galeria do SBN, na Rua Conde de Vizela, 145, e pode ser visitada às quartas e quintas-feiras, das 15h00 às 17h30. ■



CONCURSO FOTO FEBASE

Regulamento 2014

Mais um ano que chega e com ele mais uma oportunidade para fotografar aqueles momentos mais especiais.

Em 2014 a FEBASE retoma o desafio fotográfico aos seus sócios, com prémios aliciantes que combinam o amadorismo, o gosto pela fotografia, a oportunidade e o talento de quem anda sempre com a máquina atrás.

Se é um apaixonado da fotografia, se dispõe de uma máquina fotográfica digital, vontade de mostrar o seu talento e de exibir o seu trabalho, se possui espírito de iniciativa e é aventureiro, aceite este desafio e desfrute da oportunidade de ganhar bons prémios.

Boas fotos!

A EQUIPA FOTOFEBASE

O Concurso FOTO FEBASE 2014 abrange dois temas mensais:



1. Tema Livre

Neste tema poderá captar livremente o que mais gosta de fotografar.



2. Coisas e Gentes da Minha Terra

Neste tema inclui-se as coisas e gentes características do seu país, da sua terra, do seu bairro.

O concurso decorrerá durante o ano de 2014, iniciando-se em fevereiro e terminando em novembro. O mês de dezembro será destinado ao apuramento das duas (2) melhores fotografias a concurso, por tema.

Para o efeito, mensalmente, serão apuradas as seis melhores (6) fotografias por tema, salvo nos casos em que a qualidade, originalidade e criatividade a concurso, não permita tal apuramento.

Serão admitidas mensalmente, até ao máximo de duas (2) fotografias por concorrente e por tema.

A receção das fotografias será feita, através de e-mail para o seguinte endereço: fotofebase@febase.pt, bastando indicar OBRIGATORIAMENTE os seguintes elementos:

Nome e Apelido do Participante;

Sindicato ao qual pertence;

Nº Sócio;

Telefone de Contacto;

Correio Eletrónico;

Tema da Fotografia;

Título da Fotografia;

Lugar e Data onde foi tirada.

Todas as fotografias para concurso deverão ser digitais e enviadas em formato JPG.

Para efeitos de publicação on-line, as fotografias deverão ter no mínimo, 0,25 megabytes (250 Kb) e não ultrapassar a dimensão de 2 megabytes (2.000 Kb).

Os Prémios Finais (por tema) são os seguintes:

1º Prémio: material digital/fotográfico no valor de 500 euros;

2º Prémio: material digital/fotográfico no valor de 250 euros;

Será ainda premiada a Melhor Fotografia a Concurso:

Prémio: material digital/fotográfico no valor de 150 euros;

Participe e envie as suas fotografias até dia 20 de fevereiro.

Contamos consigo.

A ORGANIZAÇÃO FOTO FEBASE



www.fotofebase2014.blogspot.com





Ação Sindical e SAMS

Conselheiros **unânicos** no apoio à Direção

Orçamentos para este ano e um retificativo relativo a 2013 foram aprovados por unanimidade pelo Conselho Geral

TEXTO: **SEQUEIRA MENDES**

Foi no passado dia 12 de dezembro que o Conselho Geral do SBC se reuniu para apreciar, discutir e votar a proposta da Direção que contemplava um Orçamento Retificativo de Ação Sindical de 2013, bem como os Orçamentos Ordinários para 2014, a saber, Orçamento da Ação Sindical e Orçamento do SAMS, nas vertentes do Regime Geral e do Regime Especial.

A tesoureira Helena Carvalheiro apresentou as justificações que leva-



Direção apresentou a sua proposta ao Conselho Geral

ram a Direção a propor para o ano de 2013 um Orçamento Retificativo. Após algumas dúvidas e muitas questões apresentadas pelos conselheiros, este Orçamento foi aprovado por unanimidade.

A tesoureira apresentou por fim os Orçamentos da Ação Sindical e do SAMS, que depois de algumas questões apresentadas foram também aprovados por unanimidade. Registe-se que o Conselho Fiscalizador de Contas deu

pareceres favoráveis aos documentos votados.

Boa saúde financeira

A gestão financeira do SBC, nas suas componentes SAMS e setor sindical, consubstancia uma boa saúde financeira e prenuncia uma boa sustentabilidade para os próximos anos – muito embora a crise económica e financeira que assolou Portugal nos últimos anos e que nos sindicatos se tem refletido na redução dos seus associados e consequentemente menor cotização, tenha tido efeitos negativos, principalmente no ano de 2012.

Apesar disso, é patente – e as contas assim o demonstram –, que existem condições financeiras para prosseguir os desafios que estão lançados aos sindicatos e que se adivinham sejam mais duros nos próximos anos. ■



Carlos Silva intervém na sua qualidade de presidente da Direção do SBC



Conselheiros votaram favoravelmente os documentos

Sócios visitam Assembleia da República

TEXTO: **SILVINO MADALENO**



Apesar de este evento já ter sido organizado por quatro vezes desde outubro, o Sindicato continuou a receber solicitações para repeti-lo. Assim, logo no início da atual sessão legislativa foram agendadas mais duas datas para o início de dezembro, correspondendo os associados com uma adesão plena.

Mais de uma centena de reformados pôde participar durante uma manhã numa visita guiada ao antigo convento de São Bento da Saúde (ou dos Negros),

monitorizada por técnico das relações públicas da Assembleia da República.

Depois de um almoço ligeiro num dos muitos restaurantes típicos da zona, os sócios reformados do SBC puderam assistir, calma e comodamente instalados nas respetivas galeias, a uma sessão plenária do Parlamento português.

Depois foi o regresso, com passagem obrigatória pelas Caldas da Rainha para retemperar forças do longo dia passado nestas lides. ■



A festa de Natal ainda é o que era!



A Direção juntou-se aos trabalhadores do SBC nas celebrações da quadra natalícia

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

Muito embora o Natal seja uma festa que os cristãos celebram por tradição, ele é amplamente comemorado por toda a gente, mesmo pelos não cristãos, podendo mesmo afirmar-se que o seu espírito envolve a grande generalidade das pessoas.

Em pleno mês de dezembro por toda a parte cheira a Natal. É tempo de celebrar

a união e a solidariedade de todos, tão necessária quanto desejável no momento conturbado por que os portugueses estão a passar. Foi neste contexto que, mais uma vez, a festa de Natal do SBC se concretizou, no dia 15 de dezembro.

Manda pois a tradição que os trabalhadores do Sindicato dos Bancários do



Centro promovam a sua tradicional festa de Natal. Mais uma vez assim aconteceu. Porém, este ano, com a particularidade de a Direção se juntar às festividades e realizar, também, o seu almoço natalício.

Novamente Montemor-o-Velho foi o local escolhido para o evento, bem como a Quinta dos Patinhos, outra vez anfitriã, que com o seu espaço agradável, com amplos salões e jardins, muita simpatia e profissionalismo a todos acolheu.

Já a manhã ia alta quando os trabalhadores e camaradas da Direção e seus familiares começaram a chegar. Logo ali foram recebidos por palhaços, que constituíram a alegria dos pimpolhos e fizeram rir os mais velhos, encontrando-se ao dispor uma mesa posta – e que mesa senhores! – com acepipes vários, que constituíram mesmo o prenúncio de um dia que viria a ser muito bem passado e jamais esquecido pelas crianças e adultos.

Já a tarde ia longa quando os mais pequeninos se começaram a agitar pois, mal enxergaram o pai Natal, nunca mais pararam de alegria e excitação até que, já com as prendas na mão, abrandaram o frenesim.

Foi então tempo de preparar a despedida, não sem que um lanche ajantarado proporcionasse a todos os presentes um bom regalo para o regresso a casa, pois até o velho conhecido Tavares, animador musical, não dava mostras de cansaço e a todos animava com as suas melodias. ■

Convívio animado na Guarda

A Secção Regional da Guarda do SBC levou a efeito mais uma vez, no dia 13 de dezembro, o seu tradicional jantar convívio da população bancária do distrito. O evento teve lugar no hotel Vanguarda desta cidade e nele participaram muitos colegas e seus familiares.

Durante e depois de um delicioso jantar, o convívio foi abrilhantado por um duo musical, com muita música para ouvir, dançar e cantar, pois o duo interagiu muito bem com todos os presentes e houve mesmo quem pusesse à prova os seus dotes musicais.

O secretário-coordenador Gabriel Rodrigues agradeceu a presença de



todos, tendo-lhes desejado um Natal feliz e um bom Ano Novo. Aníbal Ribeiro, Vice-Presidente da Direção, na sua intervenção fez o ponto da situação do

momento sindical e político, ao mesmo tempo que endereçou a todos votos de boas festas, quer natalícias, quer do novo ano. ■





Ligação a universidade e politécnicos

UGT-Coimbra vai criar centro de estudos

O Plano de Atividades aprovado pelos conselheiros prevê uma relação primordial ao mundo académico. A abertura de um polo de formação do CEFOSAP é outra aposta

TEXTO: RICARDO POCINHO



Mesa do Conselho Geral

O Conselho Geral da UGT-Coimbra aprovou por unanimidade e aclamação o Orçamento e o Plano de Atividades para 2014. Na mesma sessão tomaram posse os 50 novos conselheiros para o mandato 2013/2017.

O documento de política sindical contém, na sua orientação, um conjunto de pressupostos que preveem a atuação da UGT-Coimbra a vários níveis, designadamente na sua relação com o mundo académico, que se pretende primordial.

O objetivo desta desejada parceria é enriquecer os conhecimentos dos dirigentes e filiados e dar mais visibilidade pública e notória à Central Sindical, designadamente com quem já se estabeleceram protocolos, como sejam o Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Vocacional e Social da

Universidade de Coimbra, a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, o Instituto de Contabilidade e Administração do Politécnico de Coimbra e, no domínio da economia social, a Fundação ADFP e o Contrato Local de Desenvolvimento



Alguns dos conselheiros empossados

Social (através do Projeto Trilhos de Futuro) de Miranda do Corvo e a IPSS Figueira Viva, da Figueira da Foz.

Publicação de estudos

No Conselho Geral, realizado dia 20 de dezembro, foi ainda anunciada a criação de um Centro de Estudos, em articulação com várias instituições já protocoladas ou a protocolar, aprovada pelo Secretariado na reunião do mesmo dia e que antecedeu a do Conselho Geral.

Os resultados dos estudos desenvolvidos pelo novo Centro serão publicados em revista.

Oferta formativa

Em articulação com o CEFOSAP, a UGT-Coimbra disporá em 2014 de um Polo de Formação deste centro protocolar, o que lhe confere capacidade para uma oferta formativa mais vasta e em maior número de horas. A par deste novo facto, a União continuará a desenvolver o Projeto Operação Desempregados.

Além das novidades introduzidas, o trabalho será continuado com a participação em todos os órgãos onde a União está representada, nos eventos para os quais for convidada e se enquadrem na sua ampla missão.

Exercerá ainda com o mesmo zelo as atividades que são do domínio do Polo de Atendimento, fomentando a filiação sindical, quer nos sindicatos, quer diretamente na UGT-Coimbra, mediante as regras aprovadas no Congresso e que abre agora portas à filiação individual. ■



O Secretariado aprovou a criação de um centro de estudos



TEXTO: **PATRICIA CAIXINHA**



José Maria Botelho Barbosa, ladeado pelos restantes membros efetivos da atual Direção do STAS - Açores

STAS - Açores comemora 35 anos

Encontro histórico com homenagem aos sócios há 50 e 25 anos no STAS

A Direção Regional do STAS - Açores comemorou 35 anos a 14 de dezembro, através de um momento histórico simbolizado na presença de uma parte significativa dos dirigentes que ao longo dos anos assumiram a defesa dos trabalhadores de seguros açorianos.

Na sessão solene estiveram presentes representantes da UGT Açores, da Câmara Municipal de Ponta Delgada e, em representação da Direção Nacional do STAS, o Presidente Carlos Marques.

A cerimónia decorreu num ambiente verdadeiramente agradável, com muito boa disposição à mistura, sem esquecer o cunho sindical de que a mesma se revestia.

Em nome dos trabalhadores de seguros açorianos, o coordenador da Direção do STAS - Açores, José Maria Botelho Barbosa, pronunciou um discurso que, pela sua importância, transcrevemos na íntegra.



Unidos pela mesma causa*

"Alguém disse que, em momentos de prosperidade, todos os nossos amigos nos conhecem, mas, na adversidade, nós é que conhecemos os nossos amigos. Por isso mesmo, o momento que

vivemos a comemoração dos 35 anos de atividade sindical do STAS - Açores, associada às festividades natalícias 2013, significa para todos nós um momento histórico singular, sobretudo porque nos sentimos unidos pela mesma causa, embora afrontados pelas profundas





transformações políticas, económicas, culturais e sociais, resultantes da gravíssima crise mundial que afeta o mundo do trabalho, que acarreta para todos uma enorme instabilidade emocional, traduzida na angústia e incerteza do futuro que nos espera, pelo aumento da precariedade laboral e o claro retrocesso das conquistas alcançadas pela luta sindical dos últimos anos, pondo em causa a defesa dos direitos das classes trabalhadoras e a essência da luta sindical.

Sentimo-nos pois muito honrados com a vossa presença, cientes como estamos de que ela marcará um marco significativo na vida da Direção Regional do Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora, já com 35 anos e uma existência tão repleta de acontecimentos marcantes.

É justo manifestar a nossa sentida gratidão aos associados do STAS que constituíram a Direção Regional, e também àqueles que a mantiveram, com muito esforço e dedicação.

Com certeza que todos eles foram invadidos por tamanha alegria e por uma tranquilidade de consciência por terem dado tudo por tudo, sem nada esperarem em troca.

Foram eles que permitiram que chegássemos até aqui e por isso podemos, e devemos, estar orgulhosos, pela existência da Direção Regional do STAS - Açores.



Carlos Marques, atual Presidente da Direção Nacional do STAS, e Manuel Joaquim de Medeiros, primeiro Presidente da estrutura regional do Sindicato de Seguros nos Açores, em 1978



Carlos Marques, Presidente da Direção Nacional do STAS



Comissão Instaladora e primeira Comissão Regional, em 1978

Recordar todos

Nomes há, que para sempre serão lembrados, porque sobressaíram em determinados momentos e épocas, contribuindo de forma decisiva para vencer dificuldades, ultrapassar obstáculos e dinamizar a ação sindical de acordo com as exigências dos tempos que viveram. Não podemos deixar de recordar todos quantos, com a sua entrega humilde, contribuíram de forma igualmente decisiva para a consolidação do nosso Sindicato nesta região.

Uns já partiram, outros felizmente estão entre nós.

Senhoras e Senhores, é também histórico no movimento sindical, o ano de 1978, quando foi criada uma Comissão Instaladora em Ponta Delgada do Sindicato dos Trabalhadores do Sul e Ilhas, hoje designada por Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora, e foi composta por José Manuel Torres Couto, o grande impulsionador desta causa, que na altura coordenava a Comissão Administrativa do Sindicato, e que hoje por motivos pessoais não pode



O coordenador do STAS – Açores durante a sua intervenção

estar aqui connosco. Com ele estiveram os nossos colegas: Carlos Homem Figueiredo Cardoso e José Manuel Velho Arruda Medeiros.

Tempos depois foi empossada a primeira Direção Regional, que ficou constituída pelos seguintes elementos: Manuel Joaquim de Medeiros, João Manuel Medeiros Lalandia Gonçalves, Luís Filipe Borges Miranda e Armando Domingos Sampaio Freitas, que infelizmente já não se encontra entre nós, e que em sua representação está a sua esposa D. Eulália Maria Âmbar Freitas, que muito agradecemos a sua presença. Também muito justamente não queria deixar de mencionar todos os outros que já partiram, que muito trabalharam para este Sindicato, em especial o nosso amigo Carlos Eugénio Martins da Silva.

Com este grupo de homens e de muitos outros mais, onde se incluem também mulheres, que integraram as diversas Direções, conseguiu-se, ao longo de 35 anos, passo a passo, desenvolver uma atividade sindical que melhor servisse os trabalhadores de seguros desta região. E forçoso é reconhecer que as direções mais recentes foram sempre lucrando com o trabalho das anteriores.

Também sempre a Direção Nacional do nosso Sindicato disse presente nos momentos mais complicados. Essa presença tem sido notada, quer por mim, quer pelos colegas que me acompanharam anteriormente e pelos que agora

me acompanham na missão de coordenar a Direção dos Açores.

Apelo à juventude

Senhoras e Senhores convidados, caros colegas,

Queremos continuar, sem rodeios nem desfalecimentos, na dignificação de quem trabalha, o que deverá ser cada vez mais uma realidade.

Um apelo, agora à juventude, para que contribua ativamente para a renovação do Sindicato e aos menos jovens para que não desistam nem vacilem, pois a sua contribuição continua a ser imprescindível.

A hora é de crise, de sobressaltos, de angústias. Este Sindicato sente e tem consciência dos graves problemas com que todos nos debatemos atualmente. Se todos quisermos, e temos de querer, a nossa força e a nossa solidariedade serão suficientes para que o amanhã seja mais risonho.

Dignidade dos trabalhadores

Não tenhamos dúvidas: a hora é, apesar da crise, e para além da crise, hora de esperança! A hora é de conseguir mais e melhor! Assim todos saibamos ser dignos da época em que vivemos. É nesta época que o Sindicato tem que se inserir, ao serviço da sociedade, e dos homens e mulheres trabalhadores, assumindo o risco, única forma de

transformar os potenciais perigos e os inevitáveis temores e pesadelos, em fatores de progresso, de bem-estar.

Assim havemos de ser fiéis ao Sindicato que fomos, merecer o Sindicato que somos, e construir o Sindicato que queremos ser.

Tarefa sem dúvida difícil, mas possível. Tarefa enorme mas à dimensão da nossa capacidade e dignidade de trabalhadores.

A Direção Regional do STAS - Açores vai homenagear numa forma singela, mas repleta de significado, os sócios que completaram 50 e 25 anos de sindicalização, para o efeito iremos entregar os respetivos emblemas de ouro e prata.

Senhoras e Senhores, aproveitamos para lhes testemunhar, mais uma vez, o nosso agradecimento em terem aceitado o nosso convite e apresentamos as nossas cordiais saudações.

A quadra Natalícia que festejamos também não poderia deixar de ter um significado particular para todos nós, pelo que, em nome da Direção Regional do STAS - Açores, desejamos a todos os associados e familiares, assim como para todos os nossos convidados, um Santo Natal e um Ano Novo cheio de esperança num futuro melhor". ■

**Subtítulos da responsabilidade da Redação*





Unidos na defesa
de **80.000 trabalhadores**
do setor financeiro